CNP SEGUROS HOLDING BRASIL S.A.
CNPJ: 14.045.781/0001-45

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de Dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

→ continuação

20.5. Reserva de valor justo dos ativos financeiros

A reserva de valor justo dos ativos financeiros reflete as variações no valor de mercado dos ativos financeiros avaliados ao valor justo, como títulos de dívida e instrumentos de capital, cuja alteração no valor justo é reconhecida no patrimônio líquido, especificamente em Outros Resultados Abrangentes (ORA). O saldo em 31 de dezembro de 2025 era de R$ (28.264) (31 de dezembro de 2024 - R$ (107.937)).

20.6. Reservas de seguros e resseguros

Reserva criada para ajustes nas obrigações dos contratos de seguro devido a certos movimentos do mercado financeiro. Especificamente, essa reserva é utilizada para ajustes que surgem das mudanças na taxa de desconto usada para medir as obrigações dos contratos de seguros e resseguros. A variação no valor da reserva financeira é consequência do impacto no passivo relacionado a contratos de seguros e resseguros pela variação da taxa de juros observada no período. O saldo em 31 de dezembro de 2025 era de R$ (260.980) (31 de dezembro de 2024 - R$ 434.684).

20.7. Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório, previsto no estatuto, de 25% sobre o lucro líquido do exercício, sendo que esses valores não são atualizados monetariamente, cujos montantes serão provisionados no final do exercício corrente.

Para os exercícios de 2025 e 2024, a Companhia havia feito distribuição de dividendo intercalar em valor superior ao dividendo mínimo obrigatório, por essa razão, não foi registrado valor a pagar em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

A seguir apresentamos os valores propostos pela Administração para aprovação dos Acionistas:

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do período	888.668	993.472
(–) Reserva Legal	(44.433)	(49.674)
Base de cálculo de dividendos	**844.235**	**943.798**
Dividendo mínimo - 25%	211.059	235.950
Dividendos intercalares pagos	355.000	480.887
Dividendos complementares propostos pela Administração	327.901	174.770
Total	**682.901**	**655.657**

21. Detalhamento das principais contas da demonstração do resultado

Demonstramos abaixo a abertura dos principais grupos de contas do resultado:

21.1. Receita das operações de seguros e resseguro

São as receitas relacionadas a Contratos não mensurados nos termos da abordagem de alocação prêmios (PAA). Referem-se a valores relacionados a variações ou mudanças nos passivos para cobertura remanescente.

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
CSM reconhecido para serviços prestados	1.153.423	1.239.760
Mudança do ajuste de risco	78.333	78.534
Expectativa de sinistros incorridos e outras despesas com prestação de serviços de seguro	1.319.021	1.265.974
Recuperação dos custos de aquisição	261.264	256.802
Ajuste de experiência	9.600	4.698
Variação do componente de perda	(6.517)	(10.249)
Receita das operações de seguro	**2.815.124**	**2.835.519**
Contratos mensurados nos termos do PAA	10.131	202.226
Total da receita de seguros e resseguros	**2.825.255**	**3.037.745**

21.2. Despesas com operações de seguros e resseguros

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Serviços e custos reais	(675.846)	(747.980)
Comissões	(265.299)	(256.498)
Custos reais atribuíveis	(412.331)	(427.266)
Variação associada a serviços passados	(175.599)	(173.063)
Amortização de custos de aquisição	(261.264)	(256.802)
Variação do ajustamento pelo risco - LIC	5.930	4.785
Perdas e recuperações em contratos deficitários	(7.910)	(5.277)
Despesas da operação de seguro	**(1.792.319)**	**(1.862.101)**
Contratos mensurados nos termos do PAA	(37.950)	5.523
Total	**(1.830.269)**	**(1.856.578)**

21.3. Resultado financeiro das operações de seguros

A composição dos resultados financeiros das operações de seguros, está demonstrada a seguir:

			31/12/2025
	Vida	Não Vida	Total
Receita financeira dos ativos vinculados a contratos de seguros	129.273	98.834	228.107
Valores reconhecidos em ORA	202.903	86.340	289.333
Total das receitas financeiras líquidas	**332.176**	**185.264**	**517.440**
Despesa financeira de contrato de seguros	4.949	(107.189)	(102.240)
Resultado financeiro das operações de seguros	**337.125**	**78.075**	**415.200**
Representada por:			
Valores reconhecidos no resultado	134.222	(8.355)	125.867
Valores reconhecidos em ORA	202.903	86.340	289.333

			31/12/2024
	Vida	Não Vida	Total
Receita financeira dos ativos vinculados a contratos de seguros	102.215	85.545	187.760
Valores reconhecidos em ORA	(577.599)	(238.963)	(816.562)
Total das receitas financeiras líquidas	**(475.384)**	**(153.418)**	**(628.803)**
Despesa financeira de contrato de seguros	176.852	(96.701)	80.151
Resultado financeiro das operações de seguros	**(298.532)**	**(250.119)**	**(548.651)**
Representada por:			
Valores reconhecidos no resultado	279.067	(11.156)	267.911
Valores reconhecidos em ORA	(577.599)	(238.963)	(816.562)

21.4. Outros resultados financeiros

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita com Título público de renda fixa	12.865	9.939	73.666	153.192
Despesa com Título público de renda fixa	(8.315)	(1.418)	10.377	13.724
Receita Título privado de renda fixa	(2.729)	(3.573)	(3.559)	(22.617)
Despesa Título privado de renda fixa	(10.357)	(1.035)	(15.449)	(24.400)
Receita com Fundos de investimento	31.407	31.735	213.993	139.734
Despesa Fundos de investimento	–	–	272	(734)
Resultado com fundos de investimentos - equiv. de caixa	33.833	–	117.190	–
Atualização de contingência	–	–	(275.399)	(222.328)
Juros sobre Capital Próprio	–	6.635	–	6.635
Outras receitas financeiras e despesas financeiras *(i)*	22.378	8.087	183.181	141.771
Total	**79.082**	**50.370**	**304.272**	**184.977**

(i) O grupo efetuou o registro de atualização de deposito judicial e contingência fiscal, que até então não vinham sendo atualizados

21.5. Resultado patrimonial

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Resultado de equivalência patrimonial - operação continuada	821.570	900.569	–	–
Resultado de equivalência patrimonial - descontinuada	2.598	38.239	2.598	38.239
Total	**824.168**	**938.808**	**2.598**	**38.239**

21.6. Outros resultados operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Resultado com baixa de ativos	–	–	787	(8.922)
Movimentação do SFH *(i)*	–	–	22.565	(45.259)
Ganho na venda de participações societárias *(ii)*	20.341	–	20.341	–
Outros resultados operacionais	–	–	(2.055)	272
Total	**20.341**	**–**	**41.638**	**(53.909)**

(i) Refere-se substancialmente à variação da provisão para contingências de parte dos valores que estão em discussão, também relativo ao SH/SFH.
(ii) Vide nota explicativa 12.1.

21.7. Redução ao valor recuperável

Refere-se à reversão da provisão para perda de créditos a recuperar junto ao SH/SFH o saldo era de R$ 6.646 em 31 de dezembro de 2025, (31 de dezembro de 2024 - R$ 788).

22. Imposto de renda e contribuição social

Demonstramos a seguir o cálculo de taxa efetiva:

				Controladora
		31/12/2025		31/12/2024
	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda
Resultado antes dos tributos e após participações	910.264	910.264	980.806	980.806
(–) Resultado de equivalência patrimonial	(824.168)	(824.168)	(938.808)	(938.808)
(–) Outras variações	(22.550)	(22.550)	(73.731)	(73.731)
Base de cálculo	**63.546**	**63.546**	**(31.733)**	**(31.733)**
Taxa nominal do tributo	9,00%	25,00%	9,00%	25,00%
Tributos calculado a taxa nominal	**(5.719)**	**(15.887)**	**2.856**	**7.933**
Ajustes do lucro real	(17.130)	(17.130)	(20.623)	(19.867)
Ajustes temporários diferidos	(2.721)	(2.721)	5.217	5.217
Aproveitamento/Const. prejuízo fiscal	19.893	19.893	9.161	9.485
Total ajustes do lucro real	**42**	**42**	**6.244)**	**(5.164)**
Tributos sobre os ajustes	**(4)**	**(10)**	**562**	**1.291**
Incentivos fiscais	–	24	–	24
Despesa contabilizada	**(5.723)**	**(15.873)**	**3.418**	**9.248**
Taxa efetiva	**9,01%**	**24,98%**	**10,77%**	**29,14%**

				Consolidado
		31/12/2025		31/12/2024
	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda
Resultado antes dos tributos e após participações	1.433.721	1.433.721	1.533.813	1.533.813
(–) Resultado de equivalência patrimonial	(2.598)	(2.598)	(38.239)	(38.239)
(–) Outras variações	(29.810)	(29.810)	(99.561)	(97.700)
Base de cálculo	**1.401.312**	**1.401.312**	**1.396.013**	**1.397.874**
Tributos calculado a taxa nominal *(i)*	**(203.260)**	**(349.342)**	**(209.792)**	**(350.633)**
Ajustes do lucro real	(6.930)	(7.364)	28.001	26.321
Benefícios incentivados	8.557	8.557	20.500	20.500
Ajustes temporários diferidos	(14.418)	(14.835)	(85.846)	(83.817)
Aproveitamento/Const. prejuízo fiscal	18.385	18.385	9.086	9.410
Total ajustes do lucro real	**5.595**	**4.743**	**(28.259)**	**(27.586)**
Tributos sobre os ajustes	**(837)**	**(1.186)**	**3.858**	**6.897**
Incentivos fiscais	–	13.095	–	7.945
Despesa contabilizada	**(204.097)**	**(337.432)**	**(205.934)**	**(335.791)**

23. Transações com partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas ao Grupo: sua controladora CNP Assurances S.A., suas acionistas Caixa Seguridade Participações S.A., e CNP Assurances Brasil Holding Ltda., suas Controladas e Coligada, seus administradores, conselheiros e demais membros considerados como "pessoal-chave" da administração e seus familiares.

O Grupo atua de forma integrada com suas controladas e compartilha com elas certos componentes da estrutura física, operacional e administrativa. Os custos dessa estrutura são atribuídos segundo critérios definidos pela administração que consideram, dentre outras variáveis, os volumes de negócios de cada uma das empresas.

Os saldos das operações ativas e passivas da Companhia. com as partes relacionadas em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 e seus respectivos resultados dos exercícios 2025 e 2024 são apresentados abaixo:

				Controladora		
		31/12/2025			31/12/2024	
	Empresa Relacionada *(i)*	Controlador Direto *(ii)*	Controlador Indireto *(iii)*	Empresa Relacionada *(i)*	Controlador Direto *(ii)*	Controlador Indireto *(iii)*
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	–	–	5	–	–	1
Títulos e créditos a receber	788	–	–	–	–	–
Dividendos a receber	7.224	–	–	7.383	–	–
Passivos	–	–	–	–	–	–
Passivos financeiros	(2.922)	(12.743)	–	(696)	(12.743)	–
Resultado						
Outras receitas e despesas operacionais recorrentes	(4.936)	–	–	(617)	(10.221)	–

				Consolidado		
		31/12/2025			31/12/2024	
	Empresa Relacionada *(i)*	Controlador Direto *(ii)*	Controlador Indireto *(iii)*	Empresa Relacionada *(i)*	Controlador Direto *(ii)*	Controlador Indireto *(iii)*
Ativos						
Caixa e Equivalente de Caixa	11.910	–	5	8.681	–	1
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	46.184	–	–	66.570	–	–
Títulos e créditos a receber	24.752	977	2.922	55.481	103	696
Outros investimentos	954	–	–	–	–	–
Passivos						
Provisões Técnicas de seguros	(10.803)	–	–	(13.605)	–	–
Passivos Financeiros	(11.221)	(12.743)	–	(5.440)	(12.743)	–
Resultado						
Receita das operações de seguros	12.205	–	–	9.010	–	–
Custos/Despesas da operação de seguro	(163.370)	–	–	(223.004)	–	–
Outros resultados financeiros	35	–	–	(2)	–	–
Outras receitas e despesas operacionais recorrentes	13.420	1.525	4.936	(68.811)	(10.118)	695
Outros resultados operacionais	329	–	–	–	–	–

(i) Empresas relacionadas: Caixa Seguradora especializada em Saúde S.A., Youse Tecnologia e Assistência em Seguros Ltda., CNP Participações Securitárias Brasil Ltda., Caixa Seguradora S.A., CNP Consórcios S.A;
(ii) Caixa Seguridade Participações S.A. e CNP Assurances, controladores direto da CNP Seguros Holding Brasil S.A;
(iii) Caixa Econômica Federal, controlador indireto da CNP Seguros Holding Brasil S.A.

A remuneração do pessoal-chave da Administração em 31 de dezembro de 2025 foi de R$ 1.409 (31 de dezembro de 2024 - R$ 1.464).

A Companhia e suas controladas não concedem benefícios pós-emprego, de rescisão de contrato de trabalho, remuneração baseada em ações ou outros benefícios de longo prazo, para seu pessoal-chave da Administração.

24. Plano de previdência patrocinado

Suas controladas são co-patrocinadoras de planos de previdência complementar para seus funcionários e administradores na modalidade de Plano Gerador de Benefícios Livre (PGBL). O Plano de Previdência Complementar Aberta - PREV 21 é um plano de benefício aberto que concede complemento de aposentadoria sob a forma de renda temporária ou vitalícia, além de outros benefícios opcionais, sendo constituído sob o regime financeiro de capitalização na modalidade de contribuição variável.

Nos termos do regulamento do fundo, os patrocinadores contribuem com percentuais variáveis, aplicados sobre o salário de contribuição do empregado.

Para todos os empregados, independente da data de admissão, a colaboração dos patrocinadores no Plano de Previdência Complementar - PREV 21 será de forma paritária, na proporção de 1:1, considerando o valor das contribuições voluntárias dos empregados, limitada a 12%.

No exercício findo de 2025, o Grupo efetuou contribuições no montante de R$ 6.045 (31 de dezembro de 2024 - R$ 11.027).

Conselho de Administração

Thomas Behar (Presidente)
Julia Deiva (Membro)
Sonia Fanny Marie Odile de Demandolx Furtado (Membro)
Benoît Joseph Marie Piveteau (Membro)
Eduardo Fabiano Alves da Silva (Membro)
Maximiliano Alejandro Villanueva (Membro)
Marcos Brasiliano Rosa (Membro)
Miriam Aparecida Belchior (Membro)
Cristina Kiomi Mori (Membro)
Juliano Fernandes Bourim (Membro)

Diretoria Executiva

Sany de Jesus Mota Silveira (Diretora Presidente)
Marco Antonio Barbosa Pires (Diretor Financeiro)
Leticia de Oliveira Doherty (Diretora de Riscos e Controles Internos)
Joaquim Alfredo da Cruz Filho (Diretor de Operações)

Contadora

Roseli de Fatima Bernardi Theobald
CRC DF 014844/O-0

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria - Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

O Comitê de Auditoria ("Comitê") da CNP Seguros Holding Brasil S/A ("Holding"), instituído nos termos da regulamentação estabelecida pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, composto por membros eleitos pela Assembleia Geral, estende a sua competência à Caixa Seguradora S/A e à Youse Seguradora S/A, supervisionadas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, atuando na condição de Comitê de Auditoria Único do Grupo, por deliberação dos seus acionistas e de acordo com o previsto na regulamentação pertinente.

O Comitê, no âmbito de suas atribuições, apoia o Conselho de Administração em suas responsabilidades de zelar pelas atividades que têm como objetivo garantir o cumprimento das exigências legais e regulamentares, a integridade e qualidade das demonstrações financeiras, a qualidade, eficiência e eficácia do sistema de controles internos e da estrutura de gestão de riscos, o cumprimento de normas internas e externas, e a efetividade e independência das auditorias independente e interna.

O Comitê atua por meio de reuniões com representantes designados pela Administração e/ou convocados para prestar informações e responder a questionamentos formulados pelos seus membros, e conduz análises a partir de documentos e informações que lhe são submetidos, além de outros procedimentos que entenda necessários. No exercício findo em 31/12/2025, o Comitê desenvolveu suas atividades com base em plano de trabalho elaborado nos termos do seu Regimento Interno, incluindo discussão com a Administração e com os auditores independentes e internos sobre o tratamento das questões contábeis, de controles internos, de conformidade e de gestão de riscos mais relevantes, e sobre a elaboração e apresentação das demonstrações financeiras, incluindo as respectivas notas explicativas, o relatório da Administração e a análise dos relatórios dos auditores independentes sobre elas, visando seu alinhamento com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep). O Comitê realizou ainda reuniões com a Presidência, na qual foram tratados, dentre outros assuntos, o plano de negócios das atividades do Grupo.

Suas avaliações baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos, de controles internos e compliance, e nas suas próprias análises, sendo da Administração a responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Susep, e o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e dos processos utilizados na sua preparação, bem como o gerenciamento dos riscos das operações e a implementação e supervisão das atividades de controle interno e conformidade.

A auditoria independente é responsável por examinar as demonstrações financeiras e emitir relatório sobre sua adequação em conformidade com as normas brasileiras de auditoria estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), tendo o Comitê avaliado os processos de elaboração das demonstrações financeiras e debatido com a Administração e com os auditores independentes as práticas contábeis relevantes utilizadas e as informações divulgadas.

A auditoria interna auxilia a organização a realizar seus objetivos a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança.

O Comitê não tomou ciência da ocorrência de evento, denúncia, descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração ou fraude que, por sua relevância, colocassem em risco a continuidade dos negócios ou a fidedignidade das demonstrações financeiras.

Com base nas informações recebidas e nas avaliações efetuadas, o Comitê entende que o sistema de controles internos da Holding e de suas subsidiárias está adequado ao porte e complexidade de seus negócios, e avalia como efetiva a qualidade dos trabalhos realizados pela auditoria interna e pela KPMG Auditores Independentes Ltda.

O Comitê, consideradas as suas responsabilidades e limitações inerentes ao escopo e alcance de sua atuação, recomenda ao Conselho de Administração da Holding a aprovação das demonstrações financeiras correspondentes ao exercício findo em 31/12/2025, e que tiveram parecer sem restrições dos auditores independentes.

Brasília (DF), 24 de fevereiro de 2026.

Assizio Aparecido de Oliveira — **João Antonio Chiappa** — **Eduardo Costa Oliveira**

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da
CNP Seguros Holding Brasil S.A.
Brasília - DF

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **CNP Seguros Holding Brasil S.A.** (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **CNP Seguros Holding Brasil S.A.** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2026.

KPMG
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6

Carolina Maciel Messias dos Santos
Contadora CRC SP-246031/O-8